



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Estado do Paraná

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

O objeto do presente termo é a Inexigibilidade para o credenciamento da Empresa **CENTRO DE ONCOLOGIA CASCAVEL S C LTDA** que tem como objeto integrar a Instituição no Sistema Único de Saúde (SUS) e a prestação de serviços de saúde na especialidade de oncologia no âmbito ambulatorial e hospitalar, visando a garantia do atendimento integral aos usuários SUS residentes nos 27 municípios pertencentes a 8ª Regional de Saúde.

A prestação de serviços dar-se-á de acordo com a complexidade das ações e os serviços definidos em habilitações específicas de UNACON e UTI tipo II junto ao Ministério da Saúde, cumprindo com a sua função dentro da Rede Assistencial de Saúde (RAS).

2 – JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a aquisição de atendimentos ambulatoriais e hospitalares à população usuária do SUS através de um instrumento formal de contratualização e Documento Descritivo nos moldes da Portaria de Consolidação nº 2 de 28 de setembro de 2017 e Portaria SAES/MS nº 1399 de 17 de dezembro de 2019.

Aprimorar por parte do município a gestão de qualidade e resultados dos serviços prestados pelo Centro de Oncologia Cascavel S C LTDA, monitorar o mínimo de indicadores gerais previstos na Portaria e controlar os processos de empenhos e pagamentos realizados pelo município ao prestador.

Os valores a serem repassados ao prestador dividem-se em valores pré-fixados, baseados na série histórica da produção aprovada da média mensal de 12 (doze) meses anteriores ao Contrato, e valores pós-fixados, baseados na série histórica e no cumprimento de metas de produção a serem atingidas pelo hospital.

O instrumento formal de contratualização será composto por duas partes indissociáveis, sendo o instrumento formal de contratualização propriamente dito e o Documento Descritivo que se trata de um instrumento de operacionalização que apresenta a estrutura física, tecnológica, recursos humanos e descreve as ações e serviços planejados de gestão, assistência, avaliação, ensino e pesquisa. Tem como objetivo definir as metas qualitativas e quantitativas, por meio de indicadores para a avaliação do desempenho na prestação dos serviços contratualizados.

Após a execução de um ano de Contrato, visualizou-se a necessidade de modificação dos recursos financeiros oriundos da:

- Qualificação de Unidade de Terapia Intensiva-UTI tipo II que traz na descrição da portaria a utilização do repasse conforme a produção mensal do prestador hospitalar, ou seja, se enquadra no componente pós-fixado.

- O Recurso mensal de R\$ 2.873,53 (dois mil, oitocentos e setenta e três reais e cinquenta e três centavos) que traz a Portaria nº 3444 de 29 de dezembro de 2016 é destinado ao acesso de procedimentos e está incorporado no teto de Média Complexidade (MAC) do município, será repassado mediante produção.

- Conforme CRESEMS ata nº 004/2019 e deliberação em CIR nº 014 005-18/06/2019 o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) que se encontrava no componente pré-fixado foi remanejado ao valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no componente pós-fixado, pois o repasse é conforme a produção hospitalar, totalizando um valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

3 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

Justifica-se a solicitação do julgamento dos serviços na sua integralidade, haja vista a necessidade de



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

manter a qualidade, o padrão dos serviços utilizados e por se tratar de um conjunto.

4 – LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO:

Os serviços, objeto desta licitação, serão executados na sede do contratado, localizado na:

- Rua Alagoas, nº360;
- Bairro Alvorada;
- Município de Francisco Beltrão.

5 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O Contrato e o Documento descritivo serão revisados a cada 12 (doze) meses ou conforme necessidade constatada pela Comissão de Acompanhamento de Contratualização, contados de sua assinatura e publicação, podendo ser prorrogado de acordo entre as partes, conforme previsto no artigo 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

6 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Zelar pela qualidade e resolutividade da assistência;
- Garantir igualdade de acesso e de assistência sem discriminação de qualquer natureza;
- Prestar assistência ambulatorial e hospitalar dos serviços de média e alta complexidade, cumprindo com as metas;
- Disponibilizar aos usuários atendidos o diagnóstico diferencial e definitivo do câncer, o tratamento, os cuidados paliativos, a reabilitação e assistência de pronto atendimento 24 horas dos próprios doentes;
- Garantir os exames indicados para o diagnóstico diferencial e definitivo, o estadiamento e o acompanhamento dos pacientes cadastrados no estabelecimento, além de ofertar por demanda e sob regulação do gestor as consultas especializadas;
- Adotar os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas publicadas pelo Ministério da Saúde, quando existentes, e estabelecer protocolos e condutas institucionais para diagnóstico, estadiamento, tratamento e seguimento dos pacientes, conforme o tipo de habilitação e de acordo com os serviços pactuados junto ao município e estado;
- Submeter-se a regulação de consultas especializadas, ao monitoramento e a avaliação dos respectivos gestores municipais e estadual, conforme atribuições estabelecidas;
- Apoiar outros estabelecimentos de saúde com o que mantém compromisso assistencial e sempre que solicitado pelo município, no que se refere a prevenção e controle do câncer, participar da educação permanente de profissionais de saúde;
- Utilizar e manter atualizados os sistemas de informação do SUS vigentes destinados a coleta de dados que contribuem na informação sobre o câncer, sendo eles:
 - Sistema de Informação Hospitalar (SIH);
 - Sistema de Informação Ambulatorial (SIA);
 - Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade (APAC);
 - Sistema de Informação sobre o Câncer (SISCAN);
 - Registro Hospital de Câncer (RHC).
- Adotar conduta mínima de cuidados paliativos conforme Portaria SAES/MS Nº 1399, de 17 de dezembro de 2019;
- Responsabilizar-se em manter todas as informações pertinentes em prontuário médico conforme orientações do Ministério da Saúde, Portaria de Consolidação nº 1 de 28 de setembro de 2017 e



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

Portaria SAES/MS nº 1399 de 17 de dezembro de 2019, seguindo a mesma padronização ordenada em todos os prontuários, destinando-se ao registro dos cuidados que foram prestados aos usuários por todos os profissionais de saúde;

- Disponibilizar o acesso dos prontuários à autoridade sanitária, bem como aos usuários e pais ou responsáveis de menores, de acordo com o Código de Ética Médica;
- Garantir o atendimento quando regulado pelo SAMU, a VAGA ZERO, até a obtenção de leito disponível dentro da rede SUS;
- Realizar gestão de leitos hospitalares com vistas na otimização da utilização;
- Assegurar a alta hospitalar responsável e segura ao paciente e à família, em conformidade com o Programa de Atenção Domiciliar;
- Implantar e manter o Programa Nacional de Segurança do Paciente;
- Implantar e manter o atendimento conforme as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH), incluindo a visita ampliada para os usuários internados e a garantia de acompanhantes para os casos normatizados pelo SUS;
- Monitorar os seguintes indicadores:
 - Taxa de ocupação de leitos;
 - Tempo médio de permanência para leitos de clínica médica e cirúrgica;
 - Taxa de mortalidade institucional;
 - Taxa de ocupação de leitos de UTI;
 - Incidência de infecção por cateter venoso central (CVC).
- Realizar todas as notificações compulsórias classificadas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e suspeitas de violência e negligência, de acordo com as legislações específicas;
- Disponibilizar informações sobre as intervenções clínicas e cirúrgicas, solicitando ao usuário consentimento livre e esclarecido para a realização de procedimentos terapêuticos e diagnósticos, conforme legislações específicas;
- Disponibilizar para caso de falta de leitos de enfermagem, em situações de urgência e emergência, acomodações adequadas ao usuário até que seja disponibilizado leito;
- Disponibilizar o censo hospitalar diário dos leitos gerais e leitos de UTI tipo II para a SMS-FB em planilha compartilhada, com atualizações diárias, às 7:00 e às 13:00 horas.
- Informar a todas as equipes integrantes do estabelecimento e prestadores do serviço, os compromissos e metas constantes no Documento Descritivo, implementando dispositivo para seu fiel cumprimento;
- Disponibilizar de estrutura física e de recursos humanos e tecnológicos de forma a atender os serviços contratualizados em conformidade com as legislações vigentes;
- Não cobrar e não permitir qualquer cobrança por parte de seus colaboradores aos usuários do SUS, tão pouco de acompanhante ou qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato, responsabilizando-se por qualquer cobrança ilegal ao usuário do SUS;
- Garantir, em permanente funcionamento e de forma integrada, as Comissões Assessoras Técnicas;
- Assegurar a educação permanente aos seus trabalhadores;
- Participar da Comissão de Acompanhamento de Contratualização;
- Participar dos mecanismos de regulação, incluindo o sistema de fluxo e contra fluxo, estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Francisco Beltrão (SMS-FB);
- Permitir o acesso nas áreas de atendimento, desde que comunicado com antecedência pelos membros do Conselho Municipal de Saúde e das Comissões de Acompanhamento, sendo estes identificados como também paramentados quando o ambiente exigir;
- Garantir a participação de representantes do hospital nos cursos de capacitação voltados para as Redes Assistenciais;
- Atender as Cláusulas anticorrupção;
- Realizar auditoria interna para monitorar a assistência e o controle de riscos, visando à segurança, efetividade e eficiência na qualidade dos serviços;



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

-
- Avaliar a satisfação do usuário e dos acompanhantes, com comprovação;
 - Monitorar a execução orçamentária e zelar pela aplicação dos recursos financeiros disponibilizados, via contratualização;
 - Avaliar o cumprimento das metas e a resolutividade das ações e serviços por meio de indicadores quali-quantitativos estabelecidos no Documento Descritivo;
 - Dispor de Ouvidoria e/ou serviço de atendimento ao usuário;
 - Responsabilizar-se pela utilização de pessoal para execução do contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a contratante;
 - Permitir a fiscalização ou o acompanhamento da execução deste CONTRATO pelos órgãos competente do SUS e pela Municipalidade, não sendo excluída a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos das suas ações e ou da legislação aplicável;
 - Responsabilizar-se pela indenização em caso de dano ao usuário, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos;
 - Oferecer e manter o atendimento na realização de procedimentos eletivos para Francisco Beltrão conforme Documento Descritivo;
 - Responsabilizar-se em preencher os laudos de autorização ambulatorial e hospitalar de caráter eletivo com clareza e de forma legível, solicitando os procedimentos necessários verificados durante a avaliação médica;
 - Justificar-se à contratante, por escrito, quando alegar razões técnicas sobre a decisão de não realização de qualquer ato previsto em contrato;
 - Registrar e apresentar de forma regular e sistemática a produção das ações e serviços de saúde contratualizados, de acordo com as normas estabelecidas pelo gestor;
 - Disponibilizar ensino integrado a assistência, oferecendo formação e qualificação aos profissionais de acordo com as necessidades de saúde e as políticas prioritárias do SUS, visando o trabalho multiprofissional, as práticas de ensino baseadas no cuidado integral e resolutivo ao usuário, sendo campo de educação permanente para os profissionais da Rede de Atenção à Saúde - RAS, e realizar atividades de pesquisa e de gestão de tecnologias em saúde de acordo com as necessidades regionais e política de saúde instituída.

7– OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- Prover cobertura assistencial da atenção especializada em oncologia para o município de Francisco Beltrão e demais 26 municípios pertencentes a 8ª Regional de Saúde;
 - Regular o acesso ao diagnóstico do câncer e assistência de alta complexidade em oncologia.
 - Monitorar e verificar o cumprimento dos parâmetros de produção mínima de procedimentos oncológicos e a qualidade dos serviços prestados, conforme especificado em Documento Descritivo;
 - Determinar ou participar de auditoria em caso de suspeita ou denúncia de não cumprimento de normas ou resoluções no âmbito da Portaria SAES/MS 1399 de 17 de dezembro de 2019;
 - Instituir e garantir o funcionamento regular e adequado da Comissão de Acompanhamento de Contratualização, Portaria Municipal nº 552 de 25 de novembro de 2019, que deverá reunir-se trimestralmente para monitorar e avaliar as metas e indicadores de desempenho do Documento Descritivo. A comissão será composta pelos seguintes membros:
 - 03 Representantes titulares e 03 suplentes do Gestor Municipal;
 - 02 Representantes do Hospital;
 - 01 Representante do Conselho Municipal de Saúde.
 - Desenvolver relatório de análise das metas quali-quantitativas;
 - Implementar protocolos para regulação do acesso da RAS e regular as ações e serviços de saúde
-



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

contratualizados;

- Instituir e garantir o funcionamento regular e adequado da Comissão de Acompanhamento de Contratualização, Portaria Municipal nº 552 de 25 de novembro de 2019, que deverá reunir-se trimestralmente para monitorar e avaliar as metas e indicadores de desempenho do Documento Descritivo. A comissão será composta pelos seguintes membros:
- Controlar, avaliar, regular e auditar as ações e serviços de saúde contratualizados;
- Cumprir as regras de alimentação e processamento dos seguintes sistemas:
 - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
 - Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS);
 - Sistema de Informações Hospitalares (SIH-SUS);

8 – PROCESSAMENTO E PAGAMENTO:

- Para efeito de processamento de informações, a competência inicia-se no 1º dia de cada mês e segue até o último dia do mês. Todas as contas, ambulatoriais e hospitalares, serão conferidas in loco pela Auditoria municipal.
- As contas rejeitadas pela Auditoria serão devolvidas ao Contratado para as correções cabíveis e reapresentação no mesmo mês se tempo hábil, ou seja, até o 15º dia do mês, ou no mês subsequente.
- Após o término da conferência pelo setor de auditoria municipal, o prestador deve encaminhar os arquivos de transferência SIH e SIA a SMS-FB até o 20º dia de cada mês. No caso de alterações no formato do processamento, o prestador deverá cumprir com as mesmas.
- O serviço contratado responsabilizar-se-á por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração do processamento, com exceção de falhas decorrentes do DATASUS.
- Cabe ao setor de Faturamento da SMS-FB realizar o processamento dos dados recebidos e transferir o resultado do mesmo para o DATASUS dentro do prazo estipulado pelo Ministério da Saúde.
- Após a transferência das informações ao Ministério da Saúde, fica de incumbência do setor de Auditoria e Faturamento gerar relatório com as informações necessárias para pagamento e entregá-lo ao Departamento Administrativo para emissão de empenho e encaminhamento ao prestador;
- O prestador mediante sua regularidade com a Certidão Municipal, Certidão Estadual, Certidão Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), emitirá nota fiscal e encaminhará a mesma ao Departamento Administrativo da SMS, o qual terá 10 (dez) dias úteis para efetuar o pagamento ao prestador.
- Os pagamentos serão efetuados exclusivamente através de depósito na conta bancária de titularidade do prestador do serviço.

9 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO:

- O contrato poderá ser rescindido pelo município respeitando as hipóteses da lei 8666/93, e pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pelo Município.
- Pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, avaliação e auditoria pelos órgãos competentes do Município, do Estado ou do Ministério da Saúde.
- Pelo não cumprimento na entrega dos relatórios mensais e anuais ou paralisação imotivada na prestação de serviços, sem justa causa e sem comunicação prévia a SMS.
- Pela cobrança ao usuário na realização dos serviços objeto do CONTRATO.
- A CONTRATADA poderá solicitar a rescisão do CONTRATO nas seguintes hipóteses:
 - I. O não cumprimento das cláusulas contratuais por parte da CONTRATANTE.
 - II. Atraso no pagamento das faturas pela CONTRATANTE, aqui entendido atraso continuado de



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

pelo menos 3 (três) meses consecutivos.

III. Caberá à CONTRATADA notificar o CONTRATANTE, formalizando a rescisão e motivando-a devidamente, informando o fim da prestação dos serviços contratados, tendo o CONTRATANTE um prazo de 6 (seis) meses para adequação do serviço em outro prestador. Durante esse período cabe a CONTRATADA permanecer executando os serviços.

- O Conselho Municipal de Saúde deverá ser comunicado sobre a decisão de rescisão, bem como das medidas adotadas pelo gestor visando a não desassistência à população usuária do Sistema Único de Saúde.
- Ao proponente que não satisfizer os compromissos assumidos no contrato, e na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 78 e 88 da Lei nº 8.666/93, o Município de Francisco Beltrão poderá, garantida a prévia defesa, rescindir unilateralmente o contrato, na forma do artigo 79 do mesmo diploma legal, bem como aplicar à contratada as seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, conforme a gravidade da falta:
 - I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades;
 - II. Multa de 5,0 % (cinco por cento) do valor total do Contrato, sendo que a Contratante, para garantir o fiel pagamento desta, reserva-se o direito de reter o valor contra o crédito gerado pela Contratada, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, e/ou cobrar judicialmente se for o caso;
 - III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;
 - V. A parte que inadimplir o presente contrato, dando causa à sua rescisão, responderá pelas perdas e danos ocasionados à parte adversa, as quais compreenderão os prejuízos diretos experimentados e bem assim os lucros cessantes e danos emergentes decorrentes da inadimplência contratual.
- Cabe as partes atender a Resolução SESA nº 207/2016, ao adotar práticas anticorrupção, devendo observar que:
 - O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos financiados pelo Banco. Em consequência desta política, o Banco define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
 - I. “Prática corrupta”: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
 - II. “Prática fraudulenta”: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
 - III. “Prática colusiva”: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente às ações de outra parte;
 - IV. “Prática coercitiva”: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar direta ou



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

- V. “Prática obstrutiva”: significa deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva, e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:
- a) Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;
 - b) Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
 - c) Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
 - d) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

10 – ADITIVOS E REAJUSTES:

Poderão ocorrer aditivos:

- I. Pela vigência;
- II. Pelo aumento e/ou diminuição do teto de Média e Alta Complexidade com base no motivo de acréscimo ou dedução;
- III. Pela ocorrência de nova habilitação;
- IV. Por implementação de recursos, com aprovação em CIB-Regional, para a Rede de Atenção à Saúde;
- V. Pela ocorrência de reajuste de valores por aumento da Tabela Nacional do SUS pertinentes ao procedimento contratado.
- VI. O não cumprimento pelo Hospital das metas quantitativas e qualitativas pactuadas e discriminadas em



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

documento descritivo implicará na suspensão parcial ou redução do repasse dos recursos financeiros pelo gestor local.

- VII. Se o Hospital não atingir pelo menos 50% (cinquenta por cento) das metas qualitativas ou quantitativas pactuadas por três meses consecutivos ou cinco meses alternados terá o instrumento de contratualização e Documento Descritivo revisados, ajustando para baixo as metas e o valor dos recursos a serem repassados, de acordo com a produção do hospital, mediante aprovação do gestor local.
- VIII. Se o Hospital apresentar percentual acumulado de cumprimento de metas superior a 100% (cem por cento) por doze meses consecutivos terá as metas do Documento Descritivo e os valores contratuais reavaliados, com vistas ao reajuste, mediante aprovação do gestor local e disponibilidade financeira.

11 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Abaixo segue a discriminação dos serviços ambulatoriais e hospitalares, conforme Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP):

- Média complexidade da produção mensal ambulatorial e hospitalar: Atendimentos em urgência, emergência, exames diagnósticos laboratoriais e de imagem (RX, USG, Endoscopia Digestiva Alta, Colonoscopia, Retossigmoidoscopia, Endoscopia Urológica e Mamografia), internações em clínica médica e cirurgia geral;
- Alta Complexidade da produção mensal ambulatorial e hospitalar: exames de imagem (TC, RNM e Medicina Nuclear), quimioterapia, radioterapia e cirurgias oncológicas;
- UTI adulto tipo II.
- Cirurgias e Procedimentos eletivos p/ Francisco Beltrão:

Trata-se como valor vinculado, custo do procedimento conforme consta na tabela SIGTAP, e como valor complementar, o acréscimo de contrapartida proveniente de recursos próprios e/ou recursos pactuados. Os procedimentos considerados eletivos estão elencados na tabela. Cabe ressaltar que no decorrer do contrato poderão surgir códigos existentes SIGTAP, porém não citados na referida tabela.

CIRURGIA GERAL					
Item	Código	Descrição do Procedimento	Valores Unitários		
			Vinculado	Complemento	Total do Procedimento
HOSPITALAR					
1	407030026	Colecistectomia	R\$ 695,77	R\$ 1.391,54	R\$ 2.087,31
7	401020045	Excisão E Enxerto de Pele (Hemangioma, Nevus Ou Tumor)	R\$ 356,81	R\$ 713,62	R\$ 1.070,43
8	401020053	Excisão e Sutura de Lesão Na Pele C/ Plástica Em Z Ou Rotação De Retalho	R\$ 356,81	R\$ 713,62	R\$ 1.070,43
9	401020061	Exérese De Cisto Branquial	R\$ 347,77	R\$ 695,54	R\$ 1.043,31
10	401020070	Exérese De Cisto Dermoide	R\$ 143,72	R\$ 287,44	R\$ 431,16
12	401020096	Exérese De Cisto Tireoglossso	R\$ 480,06	R\$ 960,12	R\$ 1.440,18
13	401020100	Extirpação e supressão de Lesão De Pele E De Tecido Celular Subcutâneo	R\$ 158,11	R\$ 316,22	R\$ 474,33
16	407040064	Hernioplastia epigástrica	R\$ 559,87	R\$ 1.119,74	R\$ 1.679,61
17	407040080	Hernioplastia Incisional	R\$ 539,92	R\$ 1.079,84	R\$ 1.619,76
18	407040099	Hernioplastia inguinal (Bilateral)	R\$ 426,02	R\$ 852,04	R\$ 1.278,06
19	407040102	Hernioplastia inguinal / Crural (Unilateral)	R\$ 445,51	R\$ 891,02	R\$ 1.336,53
20	407040110	Hernioplastia redicivante	R\$ 416,43	R\$ 832,86	R\$ 1.249,29



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Estado do Paraná

21	407040129	Hernioplastia umbilical	R\$ 434,99	R\$ 869,98	R\$ 1.304,97
23	402010035	Tireoidectomia Parcial	R\$ 425,63	R\$ 851,26	R\$ 1.276,89
24	402010043	Tireoidectomia Total	R\$ 451,37	R\$ 902,74	R\$ 1.354,11
25	407010211	Gastrostomia - inclui a sonda de gastrostomia	R\$ 687,86	R\$ 1.375,72 + 122,00 (sonda)	R\$ 2.185,58
26	301060070	Troca de Gastrostomia - inclui a sonda de gastrostomia	R\$ 40,38	R\$ 80,76 + 122,00 (sonda)	R\$ 243,14
28	209010061	Videolaparoscopia	R\$ 95,00	R\$ 190,00	R\$ 285,00
29	402010027	Paratireoidectomia	R\$ 581,91	R\$ 1.163,82	R\$ 1.745,73
30	407040056	Hernioplastia diafragmatica (via toracica)	R\$ 830,90	R\$ 1.661,80	R\$ 2.492,70
31	407040048	Hernioplastia diafragmatica (via abdominal)	R\$ 808,13	R\$ 1.616,26	R\$ 2.424,39
AMBULATORIO					
1	301010072	Consulta Especializada	R\$ 10,00	R\$ 60,00	R\$ 70,00
2	301010072	Consulta Especializada em Anestesiologia – avaliação pré-anestésica	R\$ 10,00	R\$ 60,00	R\$ 70,00
CIRURGIA DO APARELHO GENITURINÁRIO – FEMININO					
Item	Código	Descrição do Procedimento	Valores Unitários		
			Vinculado	Complemento	Total do Procedimento
HOSPITALAR					
2	409070050	Colpoperineoplastia anterior e posterior	R\$ 472,43	R\$ 1.417,29	R\$ 1.889,72
3	409070068	Colpoperineoplastia Posterior	R\$ 372,54	R\$ 1.117,62	R\$ 1.490,16
4	409070084	Colpoplastia anterior	R\$ 372,54	R\$ 1.117,62	R\$ 1.490,16
5	409060046	Curetagem semiótica com ou sem dilatação do colo do útero	R\$ 167,42	R\$ 334,84	R\$ 502,26
6	409060119	Histerectomia com anexectomia	R\$ 770,70	R\$ 1.541,40	R\$ 2.312,10
8	409060135	Histerectomia Total	R\$ 634,03	R\$ 1.268,06	R\$ 1.902,09
13	409060194	Miomectomia	R\$ 528,94	R\$ 1.057,88	R\$ 1.586,82
14	409060216	Ooforectomia/Ooforoplastia	R\$ 509,86	R\$ 1.019,72	R\$ 1.529,58
15	409060232	Salpingectomia Uni/Bilateral	R\$ 465,59	R\$ 931,18	R\$ 1.396,77
AMBULATORIO					
1	301010072	Consulta Especializada	R\$ 10,00	R\$ 60,00	R\$ 70,00
2	301010072	Consulta Especializada em Anestesiologia – avaliação pré-anestésica	R\$ 10,00	R\$ 60,00	R\$ 70,00

12 – RECURSOS PARA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os valores financeiros totalizam mensalmente R\$ 841.211,27 (oitocentos e quarenta e um mil, duzentos e onze reais e vinte e sete centavos) e anualmente R\$ 10.094.534,24 (dez milhões, noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

O Valor do componente pré-fixado mensal é de R\$ 225.878,92 (duzentos e vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos), o qual será transferido ao prestador após análise de metas, conforme discriminação abaixo:

- **10%** (dez por cento) do valor pré-fixado, R\$ 22.587,89 (vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos), vinculados ao cumprimento das **metas qualitativas**. Este recurso ficará retido na fonte do município até análise trimestral da Comissão de Contratualização e após será repassado ao prestador conforme percentual da **meta qualitativa** alcançada, tabela descrita abaixo:



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

Percentual atingido x Valor financeiro		
Pontuação atingida	Faixa de Desempenho	Valor financeiro
36 a 40 pontos	100%	R\$ 22.587,89
32 a 35 pontos	90%	R\$ 20.329,10
28 a 32 pontos	80%	R\$ 18.070,31
24 a 27 pontos	70%	R\$ 15.811,52
<24 pontos	60%	R\$ 13.552,73

Ressalta-se que a análise trimestral dos dados irá depender das atualizações no Sistemas de informações do SUS (TABNET e TABWIN). Para melhor especificar os meses serão analisados da seguinte forma:

- Janeiro, Fevereiro e Março serão analisados em junho;
 - Abril, Maio e Junho serão analisados em Setembro;
 - Julho, Agosto e Setembro serão analisados em Dezembro;
 - Outubro, Novembro e Dezembro serão analisados em Março.
- **90%** (noventa por cento) do valor pré-fixado, R\$ 203.291,03 (duzentos e três mil, duzentos e noventa e um reais e três centavos), serão repassadas mensalmente ao estabelecimento de acordo com o percentual de cumprimento das **metas quantitativas**. Sendo este percentual um comparativo entre a série histórica e a produção do prestador da média complexidade, definindo-se o repasse por meio das seguintes faixas:
 - a) Cumprimento de 91% a $\geq 105\%$ das metas quantitativas pactuadas correspondem a um repasse de 100% da referida parcela;
 - b) Cumprimento de 81% a 90% das metas quantitativas pactuadas corresponderá a um repasse de 90% do valor da referida parcela;
 - c) Cumprimento de 71% a 80% das metas quantitativas pactuadas corresponderá a um repasse de 80% do valor da referida parcela;
 - d) Cumprimento de 61% a 70% das metas quantitativas pactuadas corresponderá a um repasse de 70% do valor da referida parcela;;
 - e) Cumprimento de 51% a 60% das metas quantitativas pactuadas corresponderá a um repasse de 60% do valor da referida parcela;;
 - f) Cumprimento menor ou igual 50% das metas quantitativas pactuadas corresponderá ao repasse conforme produção hospitalar e 50% do valor do incentivo;
 - g) O percentual atingido é baseado na produção da média complexidade, ou seja, uma produção de R\$ 190.878,92 (cento e noventa mil, oitocentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos) equivale a 100% de desempenho. O valor financeiro correspondente a cada percentual atingido na análise das **metas quantitativas** está descrito em tabela abaixo:

Percentual atingido x Valor financeiro		
Percentual atingido	Faixa de Desempenho	Valor financeiro
91% a $\geq 105\%$	100%	R\$ 203.291,03
81% a 90%	90%	R\$ 182.961,92
71% a 80%	80%	R\$ 162.632,82
61% a 70%	70%	R\$ 142.303,72
51% a 60%	60%	R\$ 121.974,61



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Estado do Paraná

Maior ou = 50%

50%

R\$ 101.645,51

O valor **pós-fixado** é o custeio do hospital condicionado ao cumprimento das metas de produção, sendo repassado conforme a produção atingida. É composto pelo valor dos serviços de **Alta Complexidade, Cirurgias Eletivas e Qualificação da UTI tipo II**, os quais foram calculados baseados na série histórica de março/2019 a fevereiro/2020 em decorrência da Pandemia Covid-19, a qual influenciou na produção hospitalar

Os recursos do presente CONTRATO correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária, elemento de despesa 3.3.90.39.50.30, fontes de recursos 494 e livre e às dotações correspondentes aos exercícios subsequentes. Abaixo segue o orçamento global vinculado aos serviços ofertados pelo prestador e incentivos federais, estaduais e municipais:

ORÇAMENTO GLOBAL			
Serviços em Saúde	Recurso Financeiro		
	Fonte	Mensal	Anual
Média complexidade Ambulatorial e Hospitalar: Atendimentos em Urgência e Emergência, Exames Diagnósticos Clínicos e de Imagem (RX, USG, Endoscopia, Ecocardiografia, mamografia, colonoscopia, etc.), Internações em oncologia clínica, oncologia cirúrgica e cirurgias eletivas (geral, ginecologia e cabeça e pescoço).	MAC - 494	R\$ 190.878,92	R\$ 2.290.547,04
Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar: Exames Diagnósticos de Imagem (TC,RNM,Cintilografia),Quimioterapia, Hormonioterapia, Radioterapia e Cirurgias Oncológicas.	MAC-494	R\$ 526.152,19	R\$ 6.313.826,28
Qualificação UTI tipo II: Incentivo Federal Portaria 2949/2016 com Deliberação em CIR do Estado do Paraná nº 95, 08/06/2016.	MAC - 494	R\$ 35.180,16	R\$ 422.161,92
Implantação da Radioterapia: Incentivo Municipal Ofício nº39/2019/CS- AMSOP.	LIVRE	R\$ 35.000,00	R\$ 420.000,00
Cirurgia e Procedimentos eletivos de Francisco Beltrão: Recurso Municipal, conforme regulação e auditoria da SMS. Ocorre o pagamento complementar ao vinculado (valor SUS).	LIVRE	R\$ 54.000,00	



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Estado do Paraná

			R\$ 648.000,00
TOTAL		R\$ 841.211,27	R\$ 10.094.534,24

13 – ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

- O Contrato contará com uma Comissão de Acompanhamento, a qual atestará o cumprimento das metas qualitativas e quantitativas através da avaliação trimestral;
- Emitir relatório de avaliação da Comissão devidamente assinado por todos os membros e entregar duas cópias ao Departamento Administrativo da SMS. Uma cópia do documento permanecerá arquivada juntamente a nota de empenho na SMS e outra cópia encaminhada ao prestador;
- A existência da Comissão mencionada nesta Cláusula não impede nem substitui as atividades próprias da regulação e auditoria que serão sistematicamente desenvolvidas e realizadas pela SMS;
- A Comissão se utilizará de relatórios disponibilizados pelo Gestor Municipal, oriundos do banco de dados do DATASUS, auditoria, sistema próprio da SMS, Vigilância Sanitária (VISA), relatórios internos do prestador, e demandas oriundas do controle social para mensurar o desempenho no período avaliado do Hospital.

14 – DADOS DA SOLICITAÇÃO:

- Data de envio do termo 09 de dezembro de 2020.
- Secretaria Municipal de Saúde
- Elaborador deste Termo de Referência: Amanda Saggiorato, Elaine Anghinoni e Carla Schroeder.
- Anexos a este Termo encontram-se os documentos que deram base à Solicitação:
 - a) Contrato de Prestação de Serviços;
 - b) Documento Descritivo;
 - c) CRESEMS ata nº 004/2019 e deliberação em CIR nº 014 005-18/06/2019.

15 – AUTORIZAÇÃO:

Manoel Brezolin
Secretário de Saúde

Antônio Carlos Bonetti
Sec. Mun. de Administração

Cleber Fontana
Prefeito Municipal

Francisco Beltrão, 10/12/2020.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Estado do Paraná